

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Promotor de Justiça José Geraldo Rossi da Silva Cecchini, e, de outro lado, **COTISA (Companhia Operadora de Terminais de Integração S.A)**, com sede na cidade de Florianópolis-SC, na Avenida Paulo Fontes, 701, Centro, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 04.041.038/0001-63 e **Município de Florianópolis**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 82.892.282/0001-43, com sede na Avenida Prefeito Osmar Cunha, 77, 9º andar, Florianópolis, por seu representante legal, doravante denominados **COMPROMISSÁRIOS**, nos autos do **INQUÉRITO CIVIL n. 06.2015.00001204-3**, com fundamento nos arts. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ; art. 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/2019; e art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, têm entre si, como justo e acertado, o seguinte:

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal; no § 1º do art. 8º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985; no inc. IV do art. 25 da Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); e no inc. VI do art. 90 da Lei Complementar Estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 (Lei Orgânica Estadual do Ministério Público do Estado de Santa Catarina);

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal - CF);

CONSIDERANDO que o art. 6º, X, da Lei n. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) estabelece como direito básico do consumidor a adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral;

CONSIDERANDO a previsão do art. 22 do Código de Defesa do Consumidor, *in verbis*: "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento,

Programa Atua - José Geraldo Rossi da Silva Cecchini

são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos. Parágrafo único. Nos casos de descumprimento, total ou parcial, das obrigações referidas neste artigo, serão as pessoas jurídicas compelidas a cumpri-las e a reparar os danos causados, na forma prevista neste código";

CONSIDERANDO que no bojo do Inquérito Civil n. 06.2015.00001204-3 restou verificada situação irregular inerente ao desembarque em fila dupla na plataforma "E" do Terminal do Centro de Florianópolis, colocando em risco diversos usuários do transporte coletivo;

CONSIDERANDO a publicação do Decreto n. 22.879 de 11 de maio de 2021, pelo qual se concedeu a Permissão Precária à COTISA S.A para a prestação do serviço público, até que se conclua o processo licitatório para sua concessão;

RESOLVEM, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/1985 e no art. 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ:

Formalizar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUtas**, com as seguintes cláusulas:

I - DAS OBRIGAÇÕES DO(S) COMPROMISSÁRIO(S)

CLÁUSULA PRIMEIRA. Os **COMPROMISSÁRIOS** se comprometem em obrigação de fazer, consistente em, no prazo de **60 (sessenta) dias**, contados da homologação da promoção de arquivamento do presente Inquérito Civil pelo Conselho Superior do Ministério Público, ampliar/reformar/adequar a plataforma "E" do Terminal do Centro de Florianópolis, como meio de solucionar a questão do desembarque em fila dupla;

Parágrafo primeiro. Cada compromissário ficará responsável por 50% (cinquenta por cento) dos custos das obras e equipamentos necessários para atendimento da presente cláusula;

Parágrafo segundo. As obras e equipamentos a serem implementados seguirão as recomendações apontadas pela Agência de Regulação

Programa Atua - José Geraldo Rossi da Silva Cecchini
de Serviços Públicos de Santa Catarina (ARESC);

II – DO DESCUMPRIMENTO

CLÁUSULA SEGUNDA. Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TAC), os **COMPROMISSÁRIOS** ficam obrigados, **solidariamente**, ao pagamento de multa diária no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), revertendo tal valor ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011 (Banco do Brasil, Agência n. 3582-3, Conta Corrente n. 63.000-4).

CLÁUSULA TERCEIRA. Além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

III – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUARTA. O **MINISTÉRIO PÚBLICO** se compromete a não adotar qualquer medida judicial de cunho civil contra os **COMPROMISSÁRIOS** no que diz respeito aos itens acordados, caso este ajustamento de conduta seja integralmente cumprido;

CLÁUSULA QUINTA. As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias;

CLÁUSULA SEXTA. Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares;

Programa Atua - José Geraldo Rossi da Silva Cecchini

CLÁUSULA SÉTIMA. As partes acordam que os Autos do Inquérito Civil SIG n. 06.2015.00001204-3 têm validade em Juízo, em caso de eventual ajuizamento de demanda judicial pelo Ministério Público de Santa Catarina.

Assim, justos e acertados, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, firmam as partes o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, em 2 (duas) vias de igual teor, a ser anexado ao Inquérito Civil de Autos n. 06.2015.00001204-3.

IV - DO ARQUIVAMENTO

CLÁUSULA OITAVA.- Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público promove o arquivamento do Inquérito Civil de autos SIG n. 06.2015.00001204-3, o que comunica, neste ato, para os Compromissários, salientando que, caso não concordem com o arquivamento efetuado, poderão apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do e. Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo art. 50 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Florianópolis, 11 de agosto de 2022.

[assinado digitalmente]

José Geraldo Rossi da Silva Cecchini

Promotor de Justiça

COTISA

Compromissária

Município de Florianópolis

Compromissário